

Identificação da Escola: Escola Secundária de Ermesinde
Circulo: Porto
Sessão: Secundário

Projecto de Recomendação

Exposição de Motivos:

Todo o indivíduo, inerentemente, transporta consigo, desde que nasce, um vasto conjunto de direitos, que irão reger e possibilitar toda a sua vida em sociedade. O civismo, nas suas variadas vertentes, pode ser visível em diferentes momentos. Para muitos, é certo, resumir-se-á aos actos eleitorais, no entanto, e embora estes sejam, sem dúvida, os actos de maior intervenção do cidadão na sua realidade política e governativa, este conceito refere-se a algo bem mais amplo. Dar atenção a assuntos públicos de relevância, debatê-los e olhá-los criticamente, fazer parte de organizações cívicas, como ONG's, instituições de solidariedade social, praticar voluntariado são, também, actos que aqui se integram.

Segundo uma sondagem de 2005 realizada pelo Instituto Português da Juventude, cuja amostra incluía jovens dos 15 aos 30 anos, "Uma esmagadora maioria (86,4%) dos jovens não tem qualquer participação em grupos cívicos, sociais ou políticos". O facto mais inquietante é, porventura, a crença de que a população juvenil surge como um grupo chave na compreensão dos processos de participação, na medida em que as suas práticas reflectem não apenas a tendência social, como contribuem simultaneamente para a sua reprodução.

Encarando a escola como um local de fomento e desenvolvimento de competências sócio - afectivas e intelectuais, esta torna-se indissociável do processo de formação cívica dos jovens, futuros adultos. A nosso ver, a excessiva teorização e intermitência do ensino para a cidadania conduziu a uma crescente ineficácia e conseqüente desvalorização da necessidade de aplicação prática de princípios como o activismo, associativismo, voluntariado. Torna-se, deste modo, imperativa a procura de uma nova abordagem, capaz de estimular o emprego prático das competências adquiridas, encorajando a iniciativa individual e a responsabilidade/ audácia de incitar um conjunto de ideais e movimentos colectivos.

Validando a já evidente preocupação do Ministério da Educação e órgãos com este relacionados em formar os jovens enquanto agentes actuais e não futuros da mudança social, demonstrada pela implementação crescente da área não curricular de "Formação Cívica", torna-se necessário, como foi referido anteriormente, a adopção de novas metodologias curriculares referentes a esta, criando-se os contextos necessários ao enquadramento da vida dos jovens nos demais domínios da sociedade.

Não propondo formal ou burocraticamente a metodologia ou programa a seguir, cabe-nos a nós, enquanto jovens estudantes em parceria com as entidades responsáveis, alcançar o plano prático mais viável a desenvolver, sendo este, posteriormente, teorizado. Tendo por base o contexto e particularidade do local/região em que a comunidade escolar está inserida,

esta deve atender à constante procura de soluções que vão de encontro às necessidades da mesma, sendo portanto fundamental a recolha e centralização de todos os dados inerentes ao colmatar de tais necessidades. Para tal impõe-se a criação e manutenção de uma ferramenta que funcione a nível nacional, sendo esta capaz de actualizar todos os dados relacionados com esta actividade contínua e permanentemente, aumentando o grau de eficácia das actividades práticas (cívicas) desenvolvidas pela escola e restante comunidade em que se insere.

Medidas propostas:

1. Criar uma Plataforma Nacional de centralização dos contactos, necessidades e de todos os dados das organizações de carácter cívico sediadas nas múltiplas regiões do país, para que, no tempo lectivo destinado à disciplina de “Formação Cívica”, se proporcione uma aplicação prática dos conteúdos leccionados. Os alunos desenvolveriam, ao longo do ano, um projecto (proporcional ao seu nível de ensino e objectivos individuais) com as organizações mencionadas nos dados fornecidos pelo Ministério da Educação (plataforma). Os melhores projectos, a nível nacional, seriam premiados.